

Caema acata decisão judicial, implementa percentual do dissídio e adia mais uma vez decisão sobre complementação do reajuste salarial negociado em 2022

O Sindicato reuniu com a Caema no último dia 08 de março, conforme previsto, para tratar da complementação do reajuste salarial negociado em 2022 e do julgamento do dissídio e seus desdobramentos. Participaram da reunião, pelo STIU-MA, Fernando, Vâner, Zé do Carmo, Rodolfo, Nivaldo e o advogado Zagallo e, pela Caema, o diretor administrativo-financeiro Ronaldo Braga, Camila e Talita (Jurídico) e Andressa e Marconi (Recursos Humanos).

Os representantes da Caema fizeram uma apresentação da situação financeira e dos resultados da Campanha 'Fique em Dia com a Caema', que, segundo eles, ainda não atingiu os objetivos esperados. O Diretor informou ainda que a Companhia está concretizando outras ações com objetivo de melhorar a receita, como retomada da hidrometração e cobrança das prefeituras (ver quadro).

Importante registrar que estas ações foram sugeridas pelo Sindicato há muito tempo. Em 2015, no início do Governo Flávio Dino, o StiuMa reforçou a necessidade dessas medidas. Nada adiantou. Oito anos depois, o Governo Brandão, continuidade do Governo Dino, alega que está começando a fazer o óbvio e urgente. Desejamos que realmente cumpra e leve o projeto adiante.

Ainda na reunião, a Caema informou que, por orientação do Governo do Estado, os 5,66% implementados em fevereiro na Folha de Pagamento seria referente a 5% dissídio, acatando a decisão judicial, e apenas 0,66% referente a complementação, mas alegou que não tem recursos para implementar mais 5% que deve aos trabalhadores e trabalhadoras, referente ao comple-



mento dos 12% de reajuste salarial negociado na Campanha de 2022.

Propôs que a negociação sobre esse ponto seja retomada no dia 10 de abril, porque a Campanha 'Fique em Dia com a Caema' foi prorrogada até 31 de março, insistindo em condicionar a complementação do reajuste aos resultados da Campanha de Arrecadação.

O STIU-MA considera que acatar de imediato a decisão judicial e pagar o dissídio é importante. No entanto, entende que isso não isenta a Caema de honrar o compromisso firmado com os trabalhadores em 2022 e nem justifica que a Caema volte atrás na sua palavra toda vez que convém a ela.

Parece que a diretoria da Caema mal resolve um problema e já quer criar outro, um novo passivo.

Se a Caema não tem recursos, que o Governo do Estado arque com os compromissos também, afinal o Governo escolhe as gestões da Caema, participa e orienta decisões, então que arque com as consequências da má gestão e das decisões ruins.



O StiuMa também deixou claro que mantém o processo negocial, valoriza o diálogo, mas não aceita “bolada nas costas”, ou seja, não dá para sentar em mesa, dialogar, jogar limpo e, na véspera da assembleia, receber liminar com restrições à organização e mobilização da categoria e polícia na empresa para tentar intimidar dirigentes e trabalhadores/as

Em linhas gerais, a posição imediata do Sindicato em mesa, que já foi oficializada para a Caema, foi a seguinte:

1 - Que a Caema cumpra, com os recursos próprios, o compromisso firmado com o StiuMa e os trabalhadores, aplicando os 5,66% (cinco vírgula sessenta e seis por cento), referente ao complemento dos 12% (doze por cento) efetuado no salário de fevereiro/2023.

2 – Que os 5% (cinco por cento) decorrente do julgamento do Dissídio seja pago com recursos do governo estadual. Haja vista que a “permuta” foi determinação do Conselho de Administração da Companhia.

3 – Que a reunião solicitada pela Caema para o dia 10 de abril de 2023 seja antecipada para o dia 05 de abril de 2023.

4 – Que a Caema intermedie a realização de Audiência conjunta com o Governador Carlos Brandão, na qual participem os representantes da Companhia e do StiuMa para discutir a situação e o futuro da Caema.

5 – Conforme compromisso do Presidente Marco Aurélio e visando subsidiar o processo negocial, solicitamos que seja enviada ao Sindicato a apresentação sobre a Campanha de arrecadação “Fique em Dia com a Caema”.

6 – Ratificamos a realização da Assembleia Deliberativa no dia 13 de março e solicitamos novo posicionamento da CAEMA até esta data, antes do início das assembleias.

O StiuMa entende que nossa mobilização e luta devem continuar, que devemos deliberar por uma ação mais contundente para a próxima Assembleia da categoria.

Importante também que fiquemos atentos e atentas e ainda mais mobilizados para a Campanha Salarial que se aproxima, porque será outra difícil batalha, mas caemeiro e caemeira não foge da luta!

Dívida das Prefeituras é vergonhosa

Omissão até quando?

A Campanha ‘Fique em Dia com a Caema’ também inclui os grandes devedores, como é o caso das prefeituras do Maranhão, no entanto, a procura dos municípios pela negociação tem sido baixa.

As três maiores devedoras - São Luís, Imperatriz e Barra do Corda - não buscaram a Caema para negociar suas dívidas.

Só São Luís deve 128 milhões de reais à Caema. Se negociasse sua dívida, pagando 30% e parcelando o restante, a Caema receberia de imediato quase 40 milhões de reais.

Até hoje, prevaleceu a omissão e a conivência por parte da Caema e do Governo do Estado, o que encoraja as prefeituras a continuarem devendo. Será que esse comportamento é para não contrariar aliados políticos?

Vamos ver se agora as providências necessárias serão realmente tomadas. O que não dá é para trabalhadores e trabalhadoras continuarem pagando o preço da má gestão, do jogo de interesses políticos e dos problemas criados pela decisão dos gestores.

Exigimos respeito e valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da casa. A Caema e o Estado do Maranhão deve muito aos caemeiros e caemeiras.

